

O TRABALHO EDUCATIVO NAS ESCOLAS DO CAMPO: POSSIBILIDADES FORMATIVAS VOLTADAS À AGREOCOLOGIA

Janaine Zdebski da Silva[1]

Valter de Jesus Leite[2]

Círculo de Saber 02: Educação do Campo, formação por área de conhecimento e Agroecologia

Resumo: O trabalho se soma na recente discussão acerca da relação entre Agroecologia e educação no contexto do trabalho educativo das escolas do campo brasileiras. A elaboração está imersa no desafio necessário de refletir sobre o reconhecimento das especificidades dos povos do campo, das águas e das florestas e suas incidências na transformação da forma escolar. Discute a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo e a importância da Agroecologia na Educação Básica. Como procedimentos metodológicos têm-se a pesquisa bibliográfica e a documental, que consideram autores e obras que são referência e têm impulsionado a discussão da Agroecologia na educação. Sistematiza contribuições para potencializar a presença pedagógica da Agroecologia nas escolas por meio da construção e delimitação dos objetivos formativos que orientam o trabalho educativo escolar em suas relações com as comunidades. Como resultados indica o potencial formativo destas ações como estratégias para potencializar a transição pedagógica das escolas do campo rumo à transição agroecológica e avançar no estreitamento da relação entre escola e vida.

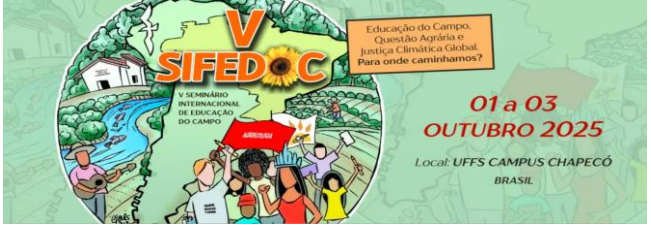
Palavras-chave: Educação do Campo; Organização do Trabalho Pedagógico; Agroecologia na escola.

Introdução

Ao debater o trabalho educativo nas escolas do campo de forma a compreender as relações entre educação e Agroecologia, salientamos que esta elaboração se vincula com a pesquisa interinstitucional denominada *Sustentabilidade, Educação do Campo e Agroecologia: organização sócio-produtiva e processos formativos em assentamentos rurais na Bahia, no Paraná e em Santa Catarina*, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) a partir da coordenação do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

[1] Doutora em Educação/UFRB. E-mail: janaine@ufrb.edu.br

[2] Doutor em Educação/MST. E-mail: valterleitemst.pr@gmil.com.



Vinculada a tal pesquisa, esta elaboração se desenvolve de modo articulado às atividades do pós-doutoramento e indica resultados da pesquisa em desenvolvimento intitulada *Agroecologia nas escolas do campo: subsídios para a formação de educadores/as do campo*, que busca dentre seus objetivos específicos: "Realizar o levantamento e estudo da produção acerca da Agroecologia nas escolas do campo" (Silva, 2024, p. 12).

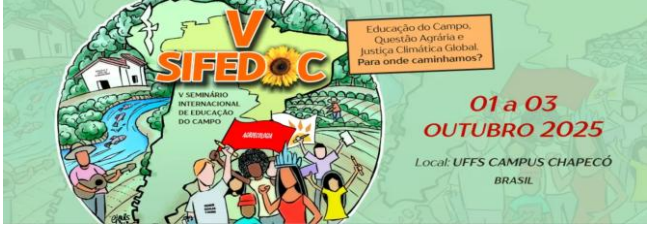
Dado o recorte analítico que constituímos, a partir das discussões acerca da organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, este trabalho tem por objetivo sistematizar as contribuições dos objetivos formativos colados aos objetivos de ensino e as finalidades educativas da escola, enquanto ação pedagógica nas escolas do campo que pode potencializar a presença da Agroecologia de modo alinhado aos interesses dos povos do campo, das águas e das florestas.

As experiências escolares que abordamos neste trabalho são vinculadas ao experimento de construção dos complexos de estudos[3] que se caracterizam por uma construção curricular coletiva no contexto das escolas de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, chamadas de Escolas Itinerantes porque estão situadas neste espaço provisório que é o acampamento de luta pela terra. Neste contexto, estas escolas têm construído práticas educativas vinculadas às três ações pedagógicas que elencamos neste trabalho e constroem indícios importantes na inserção da Agroecologia nas escolas do campo. Compreendemos que estas experiências podem apontar para um horizonte compartilhado com outras escolas que possam se desafiar neste mesmo caminho.

Metodologia

Enquanto pesquisa bibliográfica e documental (Marconi & Lakatos, 2004) para dar conta do objetivo proposto, nos fundamentamos nas discussões sobre a Educação do Campo a partir de Caldart (2012, 2015) e o reconhecimento da especificidade da escola do campo na legislação pertinente (Brasil, 2002), abordando a organização do

[3] Enquanto construção curricular, os complexos de estudos "articulam em si, ao mesmo tempo, trabalho, conhecimento das bases das ciências e das artes (na forma de conteúdos e objetivos de ensino), processo de auto-organização dos estudantes, métodos específicos de ensino das disciplinas envolvidas no complexo e práticas de avaliação do conjunto das dimensões trabalhadas em cada período de estudos" (Sapelli et al., 2015, p. 14) A construção dos complexos de estudos se inspira no acúmulo teórico-prático da Pedagogia Socialista Soviética.



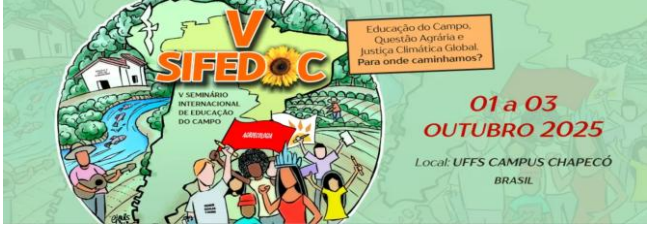
trabalho pedagógico desde a compreensão de Freitas (2002) e do trabalho educativo desenvolvido nas escolas por meio da compreensão de Saviani (2003), de modo atrelado à transformação da forma escolar na direção compreendida por Caldart (2011).

Para apresentar as experiências escolares nos utilizamos dos textos do livro *Caminhos para transformação da escola 3 – Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo: ensaios sobre complexos de estudo* (Sapelli et al., 2015), e demais textos que refletem sobre tais experiências, bem como utilizamos o documento intitulado *Plano de Estudos das Escolas Itinerantes do Paraná* (MST, 2013), que sintetiza as diretrizes para reformulação curricular por meio dos complexos de estudos.

A Educação do Campo e o trabalho educativo na escola do campo

A Educação do Campo “nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (Caldart, 2012, p. 259). Enquanto prática social e concepção política e pedagógica se constitui no Brasil nas últimas três décadas como conquista dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), dos quais o MST é protagonista. Esta concepção educativa se efetiva a partir da materialidade da luta pela terra, onde por meio das ocupações de terras improdutivas se constroem acampamentos de centenas ou milhares de famílias em espaços provisórios, em que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos estão presentes e explicitam a demanda por acesso a escolas.

A luta por uma Educação do Campo nasce desse pleito que se constitui inicialmente pelo acesso à escolarização, mas que logo se ressignifica a partir das problematizações relacionadas à necessidade de “uma escola diferente”. Na Cartilha publicada em 1990 pelo MST do Estado do Rio Grande do Sul, tem-se o registro da percepção da necessidade de uma outra escola: “A diferença começa nos objetivos da escola. Desde o início, os pais têm clareza de que a escola deve ajudar no avanço



da luta. Ou seja, não pode haver separação entre o que está acontecendo no Assentamento e o que é trabalhado na sala de aula" (MST, 1990, p. 18).

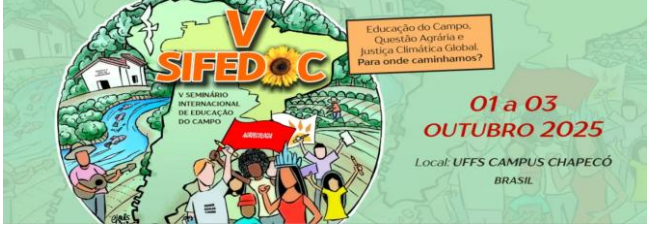
Desde esse período inicial do qual germina a concepção de Educação do Campo houve avanços conquistados com muita luta. A construção de escolas do campo, a constituição de programas específicos para acesso à educação superior aos sujeitos do campo, bem como a constituição de um marco normativo na legislação brasileira. Para fins deste trabalho, ressaltamos um trecho das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) que reconhecem a especificidade das escolas do campo:

> [...] a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (Brasil, 2002, p. 1).

Esse respaldo legal tem possibilitado avanços, mas muitas ainda são as necessidades atuais. Dentre as pautas atuais da Educação do Campo, damos destaque nesta elaboração para a luta pela autonomia nas propostas pedagógicas das escolas do campo. Em consonância com o documento de 1990 citado anteriormente, interessa à Educação do Campo discutir os objetivos da escola, como ela pode ajudar a compreender e alavancar as lutas dos povos do campo, dos povos das águas e dos povos das florestas, e se relacionar com a vida, com todas suas contradições.

Nessa direção, cabe salientar que a Educação do Campo já nasce se posicionando na luta de classes, na defesa da transformação social e da construção de um de campo sob as bases agroecológicas, sendo esta uma de suas lutas centrais. Sobre esta constatação, concordamos com Molina, ao indicar que:

> A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e da morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (Molina, 2005, p. 19).



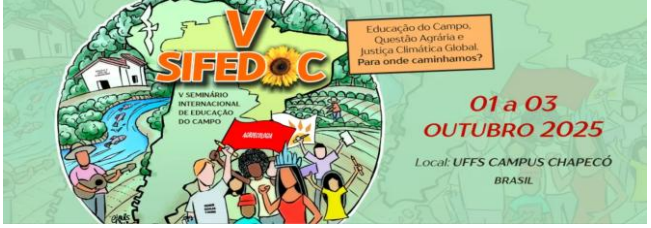
Nessa perspectiva, ao negar o agronegócio enquanto expressão do capitalismo e suas mazelas no campo, a alternativa defendida é de um campo pautado na Agroecologia, compreendida como matriz tecnológica de produção, como ciência, mas também como prática social. Enquanto projeto político da Educação do Campo, a Agroecologia precisa estar presente nas escolas do campo, conforme salienta Caldart: “a agroecologia é a base científica de construção da agricultura camponesa capaz de confrontar o agronegócio. Portanto não pode ficar de fora do projeto educativo das escolas [...]” (Caldart, 2015, p. 06).

Partimos da compreensão de Saviani de que a essência do trabalho educativo consiste no “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2003, p. 13). Nesta compreensão, entendemos que cabe à escola a função de socializar, transmitir às novas gerações os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Considerando a proposta política e pedagógica das escolas, cabe aos professores a tarefa de selecionar os conteúdos essenciais para cada momento e construir metodologias e as formas pedagógicas capazes de efetivar o processo de ensino e aprendizagem, o acesso a esta cultura humana pelos indivíduos da maneira mais assertiva possível.

A partir dessa compreensão, afirmamos que é no espaço da escola, por meio do trabalho educativo desenvolvido, que as novas gerações podem ter contato com a Agroecologia de modo intencional, diretivo, planejado, enquanto processo formativo contínuo no decorrer da Educação Básica, que envolve toda a organização do trabalho pedagógico da escola de forma comprometida com sua transformação, como discutiremos a seguir.

Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: a transformação da forma escolar e o papel da Agroecologia

Compreendemos que a discussão acerca da inserção da Agroecologia como conteúdo escolar pode se dar a partir do redimensionamento do currículo da escola do campo, considerando o potencial formativo da Agroecologia de modo atrelado a toda a organização do trabalho pedagógico da escola. Coadunamos com a



compreensão de Freitas, ao sintetizar a organização do trabalho pedagógico em dois níveis interligados (2002, p. 94): “a) como trabalho pedagógico que, no presente momento histórico, costuma desenvolver-se predominantemente em sala de aula; e b) como organização global do trabalho pedagógico da escola, como projeto político pedagógico da escola”. Neste sentido, a Agroecologia precisa ser intencionalizada no trabalho educativo de modo interligado ao projeto educativo que a escola busca desenvolver.

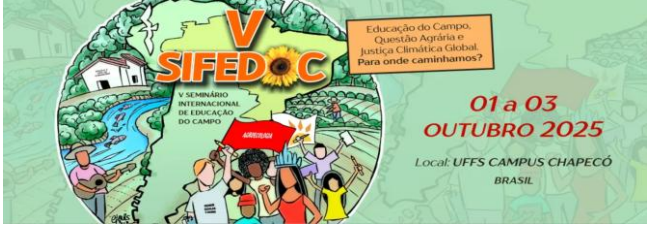
Concordamos com Caldart, ao sinalizar que “No MST, foi exatamente a rediscussão das finalidades educativas da escola que acabou gerando uma reflexão sobre a necessidade e as possibilidades de transformação da forma escolar e da lógica do trabalho pedagógico que ali se realiza” (Caldart, 2012, p. 554).

Nessa assertiva, ao defender a transformação da forma escolar das escolas do campo, Caldart indica:

> [...] a importância de colocar a escola em movimento de transformação, que pode ser iniciado a partir de uma ponta ou de outra, de um aspecto ou outro, sempre dentro das condições reais e em um quadro de contradições e, às vezes de impasses, mas que precisa ser pensado/projetado como totalidade e como processo, e um processo necessariamente coletivo, articulado aos interesses da classe trabalhadora (Caldart, 2011, p. 186).

A construção deste processo de transformação da forma escolar pode se dar de modo alinhado às intencionalidades formativas da Agroecologia no ambiente escolar. Neste movimentar da escola do campo a partir de processos coletivos, a Agroecologia pode contribuir para que a escola se movimente, saia de seus muros e se vincule com a vida, com as comunidades, com a totalidade social e suas contradições. A Agroecologia guarda o potencial de vincular a escola do campo com a forma de produzir a vida de camponeses:

> A agroecologia se insere, então, no terreno da Educação Básica justamente porque se coloca enquanto um fenômeno da prática social dos camponeses, que a veem como uma outra possibilidade para produzir e organizar sua vida no campo. Essa outra lógica, ainda sob as relações sociais capitalistas, busca, não sem limites, questionar e criar uma nova forma de se produzir a existência humana e sua relação equilibrada com a natureza (Stauffer et al., 2021, p. 354).



Dessa forma, salienta-se a importância e necessidade do saber agroecológico estar presente nas escolas do campo, sendo intencionalizado junto às novas gerações. Sousa et al. (2021) advertem que:

> Embora a educação em agroecologia exceda as fronteiras da escola, pensar processos educativos a partir dela exige uma nova forma de estruturá-las, no seu sentido amplo. Os espaços formativos precisam ser ressignificados reestruturados e adequados a currículos com práticas transformadoras da realidade no território e no trabalho (Sousa et al., 2021, p. 366).

Nessa perspectiva, seguindo os caminhos de transformação da forma escolar, alcançam destaque neste texto experiências escolares que ao reestruturarem sua organização curricular, vêm se utilizando de algumas ações pedagógicas que potencializam a Agroecologia na escola e que podem servir de inspiração para outras experiências.

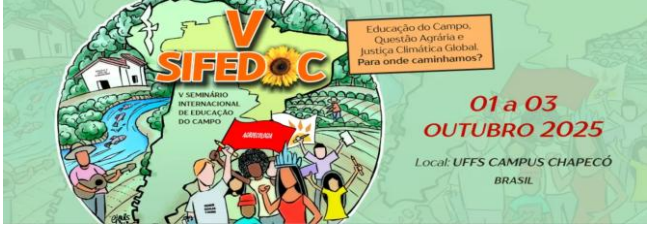
Nesse sentido, seguimos para a apresentação dessas ações com reflexões sobre sua incidência na inserção da Agroecologia no âmbito da escola a partir da constituição de objetivos formativos atrelados aos objetivos de ensino e as finalidades educativas da escola.

Objetivos formativos intencionalizando a Agroecologia na escola

Em acordo com o debate acerca das finalidades educativas das escolas que indicamos anteriormente, se estabelecem discussões contrárias ao modelo escolar hegemônico e suas decorrências formativas junto aos estudantes. Sabemos que a escola pública contemporânea em sua gênese reproduz, reforça e legitima os valores coerentes com a sociedade burguesa, como a submissão e a individualidade exacerbada colada com a competição entre os estudantes, voltando-se sobretudo para os testes e a aferição de notas.

Nessa assertiva, Movimentos Sociais Populares do Campo, como o MST, questionam estas finalidades educativas voltadas a valores burgueses, que, mesmo não estando explicitadas em seus Projetos Político-Pedagógicos, as orientam no sentido da manutenção do *status quo,* alinhadas com o projeto do capital.

Na direção contrária a esse processo, algumas escolas do campo no Brasil vêm explicitando suas finalidades educativas por meio da elaboração não apenas de



objetivos de ensino relacionados aos conteúdos das disciplinas escolares, mas também de objetivos formativos, assim compreendidos: “Objetivos formativos, relacionados à indicação de valores, atitudes, capacidades intelectuais, domínios teóricos gerais, aspectos de postura organizativa, hábitos de trabalho, aspectos e demonstração de militância/inserção nas lutas e organizações sociais” (Von Onçay et al., 2015, p. 120).

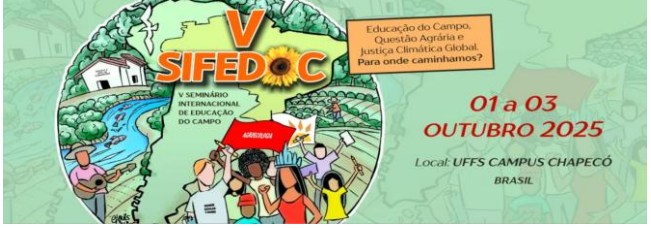
Esse processo de elaboração de objetivos formativos demanda um olhar pedagógico para as finalidades educativas que perpassam a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, considerando a constituição de objetivos que considerem as diferentes faixas etárias e períodos de desenvolvimento humano que os estudantes vivenciam e como a escola pode intencionalizar processos educativos que reforcem valores atrelados às lutas da classe trabalhadora ao passo que neguem aqueles burgueses.

Ao tratar dos objetivos formativos, afirma-se no Plano de Estudos das Escolas Itinerantes do MST no Paraná:

> Objetivos esses que não podem ser apenas da escola, já que ela não esgota a educação das novas gerações. Por isso, há necessidade de vínculo da escola com outros processos educativos do seu entorno e para além dele, compartilhando ou tencionando intencionalidades na formação do ser humano (MST, 2013, p. 08).

Nessa perspectiva, além de outros processos educativos extraescolares, compreende-se que também esta instituição educativa pode assumir um papel na direção desta formação humana necessária. Para ilustrar essa possibilidade, trazemos, como exemplos de objetivos formativos, objetivos que foram elaborados por um coletivo de educadores de escolas do Paraná vinculadas ao MST. Neste objetivo formativo se intencionaliza que o estudante do 6° ano do ensino fundamental seja capaz de: “Compreender a lógica da cooperação ou da organização do trabalho coletivo a partir de participação (na escola e ou fora dela) em formas de trabalho que possam envolvê-lo diretamente nas atividades de planejamento, execução e balanço crítico coletivo” (MST, 2013, p. 60).

Em tal objetivo que orienta a ação dos professores, evidenciamos relação com os processos de transição agroecológica sobre os quais a escola pode incidir, ao passo que contribui para a formação de um estudante capaz de fazer um balanço



crítico e planejar intervenções. No caso de processos de transição agroecológica, demanda-se uma leitura profunda dos agroecossistemas e a realização de um balanço que propicie traçar um caminho planejado rumo a transformações nas formas de produzir no campo. Da mesma forma, a ênfase em formar um sujeito capaz de trabalhar coletivamente e de forma cooperada importa, por exemplo, para a organização de cooperativas de produção e comercialização vinculadas à produção agroecológica.

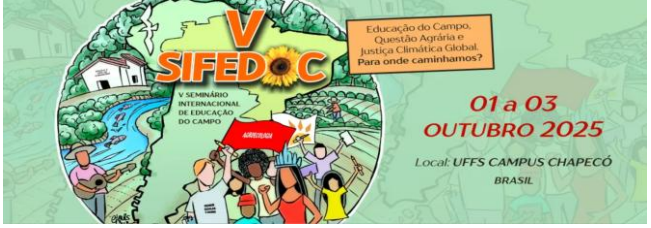
No segundo objetivo formativo que trazemos, também evidenciamos estreita relação com a Agroecologia nas escolas, ao identificar que se podem constituir processos educativos que ajudem os estudantes dos anos finais do ensino fundamental a “Perceber as conexões que ligam entre si os fenômenos, naturais e sociais, compreendendo, pelas questões da prática, o que são contradições, o que é movimento e como acontecem as transformações na natureza, na sociedade” (MST, 2013, p. 61), ou seja, perceber a complexidade dos processos que regem a natureza e a sociedade, de que a luta pela transformação social e a Agroecologia fazem parte.

Por fim, cabe destacar que os objetivos formativos são elencados semestralmente, mas compreende-se o domínio progressivo e sua intencionalidade e práticas educativas desencadeadas por meio de várias disciplinas escolares.

Conclusões

Conforme destacamos nas discussões de cada uma das ações pedagógicas relacionadas, ficou evidente a potência pedagógica que pode ser direcionada para a Agroecologia na escola a partir dos objetivos formativos, de modo alinhado aos interesses de classe dos povos do campo, das águas e das florestas, com a construção de uma escola que contribua com a luta social.

Quanto aos objetivos formativos, fica evidente que sua elaboração coloca a escola de forma explícita em direção à formação de sujeitos com valores, posturas e compromissos políticos necessários à construção agroecológica, direcionado esforços no trabalho educativo de cada uma das disciplinas para a formação deste perfil formativo.



Inferimos que essas ações potencializam a conexão entre educação e Agroecologia ao passo que incidem sobre a transformação da forma escolar de modo alinhado aos interesses dos povos do campo, das águas e das florestas, prezando pela autonomia nas propostas pedagógicas, na relação com a organização coletiva e o trabalho e relacionando a escola com a vida.

Por fim, destacamos a importância dessas experiências e sua constituição como referencial que pode servir de subsídio para outras experiências escolares que ousem construir processos de transição pedagógica e transição agroecológica. Finalizamos com a reflexão de Caldart (2017, p. 147), ao sintetizar que a Agroecologia "não pode ficar de fora do projeto educativo das escolas que pretendem ajudar na formação da nova geração de camponeses e trabalhadores associados em geral". A partir deste trabalho esperamos ter contribuído com este processo incipiente, mas potente.

Referências bibliográficas

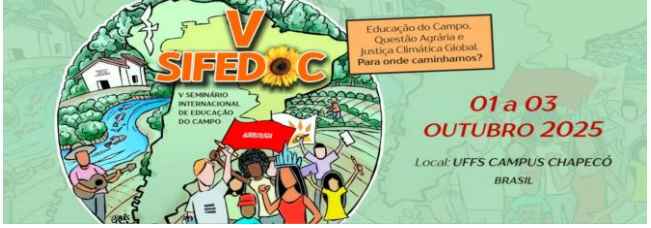
N Brasil. (2002). Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). *Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Diário Oficial da União.

Caldart, R. S. A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. *In*: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). **Educação do Campo:** reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011. p. 145-187.

Caldart, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (Org.) et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
Caldart, R. S. Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! 2015. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf Acesso em: 02 set. 2024.

Caldart, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In: CALDART, R. S. (Org). Caminhos para transformação da escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. – 1° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CaldarT, R. S.; et. al. Inventário da realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo. Veranópolis, Rio Grande do Sul. 2016.



Farias, M. I.; Finatto, R. A.; Leite, V de J.(Orgs.) Inventário da Realidade e CArtogrfia Social – Possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere, 2022.

Freitas, L. C. de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002.

Freitas, L., Sapelli, M. & Caldart, R. (2013). *Plano de Estudos – Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak / Escola Itinerante do Paraná.*

Gaia, M. & Alves, M. (2021). Transição Agroecológica. In A. Dias, A. Stauffer, L. Moura & M. Vargas (Orgs.). *Dicionário de Educação e Agroecologia* (pp. 771-776). Expressão Popular; EPSJV.

Leite, V de J. A categoria pedagógica do Trabalho Socialmente Necessário nas Escolas Itinerantes do MST Paraná. Revista Trabalho, política e Sociedade. Vol III, n° 4, p. 19-46, jan-jun, 2018.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
Molina, Mônica Castagna; Jesus, Sonia Meire Santos Azevedo de. (orgs.). Por uma educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n 5. 2 ed. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do Campo, 2005.

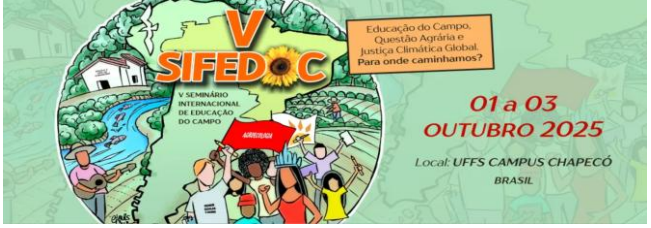
MST. Cartilha publicada em junho de 1990. Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: ITERRA. Caderno de Educação nº 13 - Dossiê MST Escola. Documentos e Estudos 1990-2001. Setor de Educação do MST, 2005.

Ritter, J; Grein, M. I; Solda, M. A questão do trabalho na Escola Itinerante. In: Sapelli, M. L; Freitas, L. C. de; Caldart, R.S. (Orgs.) Caminhos para transformação da escola 3 – Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre os complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Sapelli, M. L; Freitas, L. C. de; Caldart, R.S. (Orgs.) Caminhos para transformação da escola 3 – Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre os complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Saviani, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Shulgin, Viktor. Rumo ao politecnismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
Silva, J. (2024). *Agroecologia nas escolas do campo: subsídios para a formação de educadores/as do campo*. [Proposta de Pesquisa de Pós-Doutorado em Educação, Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro].



Sousa, R., Cruz, C., Zaquini, P. & Cerri, D. (2021). Educação em Agroecologia. In A. Dias, A. Stauffer, L. Moura & M. Vargas (Orgs.). *Dicionário de Educação e Agroecologia* (pp. 361-367). Expressão Popular; EPSJV.

Stauffer, A., Ribeiro, D., Tiepolo, E. & Vargas, M. (2021). Educação Básica e Agroecologia. In A. Dias, A. Stauffer, L. Moura & M. Vargas (Orgs.). *Dicionário de Educação e Agroecologia* (pp. 348-354). Expressão Popular; EPSJV.

Von Onçai, S.; Dalmagro, S. L.; Oliuveira, D. C.; Silva, Z da S. Reflexões sobre os objetivos da educação na Escola Itinerante. In: Sapelli, M. L; Freitas, L. C. de; Caldart, R.S. (Orgs.) Caminhos para transformação da escola 3 – Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre os complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.